

INICIATIVAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM TERRAS PRIVADAS NO CORREDOR TINGUÁ-BOCAÍNA, RJ

Monise Aguillar Faria Magalhães¹, Adriano Lopes de Melo², Francine Ramalho Aguiar³ & Celso Fraga de Mattos Júnior⁴

A maior parte das terras com relevância para conservação da biodiversidade está sob domínio privado e o orçamento governamental é escasso para criação de novas unidades de conservação. Neste contexto a participação social de privados na criação voluntária de áreas protegidas particulares surge como instrumento de conservação da biodiversidade *in situ* complementar aos esforços governamentais, fundamental para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Alger e Lima, 2003).

Neste contexto, foi idealizada a concepção do Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaína (CBTB) (Figura 1), que por sua vez compõe o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, entre os trechos da Reserva Biológica do Tinguá e o Parque Nacional da Serra da Bocaína, abrangendo nove municípios do estado do Rio de Janeiro, quais sejam: Barra do Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro e Vassouras. Trata-se de uma região onde há núcleos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, polígonos de áreas prioritárias do PROBIO e, ainda, toda a região de transposição de águas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu, que por sua vez abastece as demandas da metrópole do Rio de Janeiro em cerca de 80% de água e 20% de energia. Contudo, trata-se de uma região tão estratégica para desempenhos de serviços ambientais (p.ex. produção de água para o RJ) quanto submetida aos infortúnios da biodiversidade, sobretudo, fragmentação (Figura 1).

O Corredor de biodiversidade Tinguá- Bocaína visa definir estratégias conjuntas de conservação da mata atlântica, e o entendimento é que os proprietários privados devem ser mobilizados junto aos projetos de conservação e recuperação de florestas, disponibilizando terras para esse fim.

Então a partir dessa visão 150 atores, governamentais, organizações não-governamentais, universidades e empresas se reuniram no *I Workshop do Corredor Tinguá-*

¹ Acadêmica de Engenharia Florestal/UFRuralRJ

² Engenheiro Florestal - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais / IF / UFRuralRJ - almflorestal@yahoo.com.br

³ Engenheira Florestal - Coordenadora de programas do Instituto Terra de Preservação Ambiental

⁴ Acadêmico de Engenharia Florestal/UFRuralRJ - estagiário do Programa de Apoio às RPPN da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, RJ.

Bocaína, realizado de 23 a 24 de junho de 2004, em Paty dos Alferes, para, em sinergismo, definir estratégias prioritárias para a conservação da biodiversidade na região. Paralelo ao referido evento foi realizado a *I Oficina de criação de RPPN do Corredor Tinguá-Bocaína*, onde produtores rurais da região do corredor, interessados em criar uma RPPN, foram mobilizados na busca de esclarecimentos quanto aos mitos existentes ligados à criação desse tipo de unidade de conservação. Esta ocasião foi então o ambiente oportuno não só para esclarecimentos, mas também para gerar um cadastro dos interessados pela causa e, melhor, para dar início a um processo que culminou na aprovação de uma das primeiras legislações para criação de RPPN em nível municipal no Brasil, em Miguel Pereira (Lei n.º. 2.053/05 e Decreto n.º. 2.839/05) e Engenheiro Paulo de Frontin (Lei n.º. 752/06), aspecto que irá catalisar expressivamente a conservação de florestas na região, pois o órgão ambiental federal competente está sobrecarregado e o órgão ambiental estadual não possui lei própria.

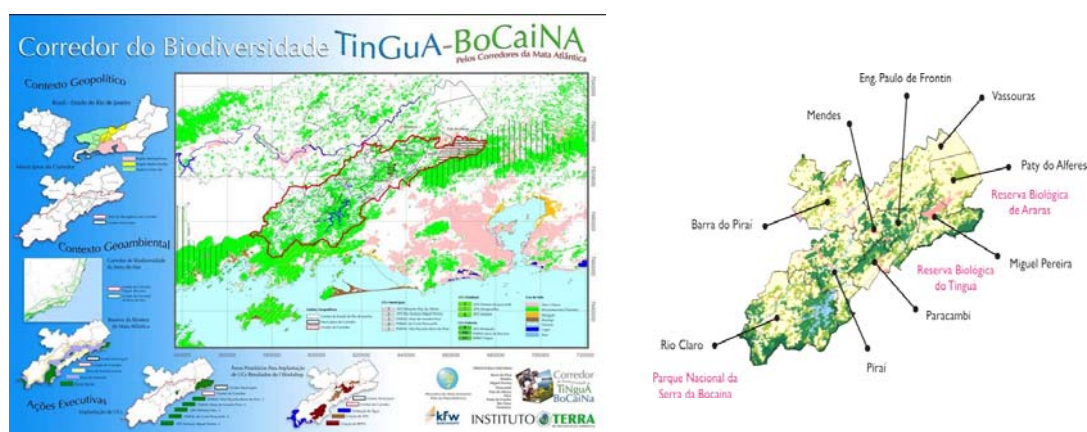


Figura 1. Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaína (em vermelho) com aumento (figura ao lado). No mapa a área em branco e rosa (à direita) representa a metrópole do RJ. Dentro do polígono vermelho estão inseridos os reservatórios de água que abastecem o RJ, denominado Sistema Lith-Cedae.

O objetivo deste estudo é analisar o perfil dos atores sociais que voluntariamente se interessaram em disponibilizar parte ou total área de suas terras para a conservação da biodiversidade, através da criação de uma RPPN, identificando suas motivações e clareza quanto a fato de se tornarem futuros gestores de uma Unidade de Conservação.

Para coleta dos dados foi utilizado um questionário adaptado de Melo (2004), formulado especificamente para guiar entrevistas com os produtores rurais participantes da *I Oficina de Criação de RPPN do Corredor Tinguá-Bocaína*. O mesmo apresentava perguntas fechadas (com múltiplas opções de resposta) e questões abertas (perguntas não previamente estruturadas, com liberdade de formulação de respostas pelo entrevistado), somando vinte perguntas ao todo.

As entrevistas foram realizadas com nove proprietários rurais, o que corresponde a 60% dos participantes do evento.

Foram realizadas análises descritivas para as seguintes variáveis: motivações pelos quais os proprietários almejam criar uma RPPN; clareza quanto ao instrumento de conservação RPPN, inclusive APP e Reserva Legal; outros aspectos ligados ao perfil da propriedade e seu proprietário.

Os resultados das entrevistas com nove dos quinze proprietários apontaram que as principais motivações dos proprietários para criar uma RPPN são de caráter conservacionista, tais como: conservar a diversidade biológica, conservar amostras da mata atlântica, proteger mananciais hídricos e proteger a fauna. Essas motivações predominam sobre aquelas de caráter social e econômico, nesta ordem. Este mesmo resultado foi encontrado para proprietários de RPPN por Mesquita (1999), Melo (2004) e Langholz (1996).

Conforme menciona Melo (2005), o fato dos objetivos econômicos não serem prioridade no estabelecimento de uma RPPN sugere que todos os proprietários rurais entrevistados têm uma atividade secundária que lhe proporcione renda, assim como para sua propriedade. Essa informação corrobora a tese de que dadas às condições e exigências para o reconhecimento de uma RPPN em terreno natural privado, e tendo em vista ainda as restrições de uso impostas a mesma, esta categoria de unidade de conservação somente é atrativa, via de regra, aos proprietários que tenham um perfil intrinsecamente conservacionista (Melo, 2004).

Contudo, seis proprietários mencionaram que o objetivo econômico “ter acesso a doações” é muito importante para a motivação deles em almejar criar uma RPPN. Atualmente existem editais oferecidos tanto na esfera governamental quanto não-governamental que têm possibilitado muitas RPPN do Brasil a superar dificuldades, como atividades de proteção da reserva, ecoturismo, pesquisa científica e educação ambiental. Mesquita (1999) aborda a questão de que é possível conservar produzindo e produzir conservando, isto é, ter uma RPPN e gerar renda com a mesma, respeitando-se naturalmente as restrições incidentes sobre essa categoria de unidade de conservação. A isenção do ITR foi considerada um objetivo muito importante por quatro proprietários, ainda que seja um benefício irrisório.

Dos nove proprietários rurais, apenas sete afirmaram conhecer a figura da reserva legal e quatro as áreas de preservação permanente, sendo que somente quatro mencionaram possuir reserva legal e três mencionaram possuir área de preservação permanente. Todos as propriedades possuem nascentes, áreas teoricamente consideradas de preservação permanente

(Lei 4.771/65). Isso demonstra o quão é preciso orientar proprietários rurais quanto ao cumprimento da legislação, antes mesmo de buscarem a criação de suas respectivas RPPN, até porque criada a reserva a mesma deverá ser submetida a um planejamento sistêmico, inclusive por meio de um Plano de Manejo, que já possui um roteiro metodológico a ser seguido.

O perfil dos interessados em criar RPPN na região do Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaína são de caráter conservacionista, em detrimento daqueles de caráter social e econômico. Isto está em conformidade com os objetivos primários das RPPN, apontadas pela Lei 9.985/00, qual seja, conservar a diversidade biológica. Contudo, esses proprietários devem ser esclarecidos para que a área, quando criada, apresente-se como uma unidade de conservação, e não como uma propriedade rural de baixa utilização, a fim de que a conservação da biodiversidade do Corredor Tinguá-Bocaína seja potencialmente protegida. A criação de RPPN via governo municipal tem grande potencial de aumentar o número de reservas e superfície protegida na região do CBTB, por sua vez estratégica para conservação da biodiversidade e geração de serviços ambientais. Para isso, os gestores municipais devem ser orientados a fim de que o processo seja não só inovador mas também sólido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGER, K.; LIMA, A.. 2003. Políticas Públicas e a Fragmentação de Ecossistemas. In: Fragmentação de Ecossistemas: Causas e Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas/Denise Marçal Rambaldi, Daniela América Suarez de Oliveira (Orgs). Brasília: MMA/SBF, 510p.
- LANGHOLZ, J. 1996. Economics, objectives and success of private nature reserves in Sub-Saharan África and Latin América. *Conservation Biology* 10(1):270-280.
- MELO, A.L. 2004. Reservas Particulares do Patrimônio Natural em Silva Jardim, Rio de Janeiro: perfil e características do manejo. 105p. Monografia. (término de curso de graduação em Engenharia Florestal). UFRuralRJ. Seropédica, Rio de Janeiro.
- MELO, A.L.; MAGALHÃES, M.A.F.; VALCARCEL,R.; MESQUITA, C.A.B. 2005. Potencialidades, dificuldades e desafios das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) localizadas em Silva Jardim, RJ. Anais...III Simpósio de Áreas Naturais do Cone Sul. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Pelotas – RS. p.125-134.
- MESQUITA, C.A.B. 1999. Caracterización de las reservas naturales privadas em América Latina. 80p. Dissertação (Mestrado em Conservação da Biodiversidade). CATIE. Turrialba, Costa Rica.